



ACESSIBILIDADE EM EDIFÍCIOS PÚBLICOS: AVALIAÇÃO DO EDIFÍCIO DA PREFEITURA DE AFONSO CLÁUDIO-ES

ACCESSIBILITY IN PUBLIC BUILDINGS: EVALUATION OF THE BUILDING OF THE CITY HALL OF AFONSO CLÁUDIO-ES

QUEIROZ, Virginia Magliano (1)

AZEREDO, Bárbara Zanelato de Sousa (2)

(1) Centro Universitário Salesiano, Doutora em Arquitetura e Urbanismo

e-mail: virginia.queiroz@salesiano.br

(2) Centro Universitário Salesiano, Graduada em Arquitetura e Urbanismo

e-mail: barbara.zanelatos@gmail.com

RESUMO

O acesso as edificações e aos espaços públicos, com autonomia, conforto e segurança, é um direito de todo cidadão, para que participe plenamente da sociedade. Compreendendo o caráter democrático destes espaços, o presente artigo, parte de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), avaliou as condições de acessibilidade do edifício da Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio, no Espírito Santo. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre as temáticas, seguida de análise técnica da acessibilidade do edifício, caminhadas guiadas e entrevistas com pessoas-chave. Após análises, constatou-se a falta de acessibilidade do edifício em questão e a importância de seguir as normas vigentes.

Palavras-chave: Desenho Universal; Inclusão; Análise de acessibilidade.

ABSTRACT

Access to buildings and public spaces, with autonomy, comfort and safety, is a right of every citizen, so that they fully participate in society. Understanding the democratic character of these spaces, this article, part of a Course Conclusion Work (TCC), evaluated the accessibility conditions of the Afonso Cláudio City Hall building, in Espírito Santo. A bibliographic research was carried out on the themes, followed by a technical analysis of the accessibility of the building, guided walks and interviews with key people. After analysis, it was found the lack of accessibility of the building in question and the importance of following the current regulations.

Keywords: Universal Design; Inclusion; Accessibility analysis.



1 INTRODUÇÃO

A acessibilidade é a garantia do direito de ir e vir igualmente para todos os cidadãos, possibilitando livre acesso ao trabalho, serviços de educação, lazer e saúde (DISCHINGER; BINS ELY; PIARDI, 2012).

A principal norma brasileira (NBR) de acessibilidade é a NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, que

visa proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção (ABNT, 2020, p.1).

Apesar de direcionada as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, a NBR 9050 recomenda que sejam atendidos os princípios do Desenho Universal (ABNT, 2020). Desenho Universal é a prática de uma arquitetura sem restrições ou diferenças, com recursos e tecnologias que possibilitem o uso igualitário por todos. Requer espaços que não necessitem de adaptações específicas para um grupo de pessoas, mas sejam pensados e elaborados para o uso coletivo e harmonioso (SÃO PAULO, 2020).

De acordo com Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012), o Desenho Universal diminui as dificuldades e aumenta as potencialidades de uma pessoa com deficiência, pois é praticada a arquitetura inclusiva e não a discriminação ou a exclusão de um indivíduo.

O livre acesso aos ambientes de uso comum possibilita que o usuário se sinta pertencente ao local, tendo liberdade em exercer suas atividades. Para garantir este direito, a Lei Federal nº 10.098 (BRASIL, 2000), estabelece que edifícios designados para o uso coletivo sejam construídos ou reformados de modo a se tornarem locais acessíveis.

A partir do ano 2000, ano de promulgação da referida Lei, os projetos de edificações para uso coletivo deveriam ser concebidos de acordo com as normas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), garantindo a todos os usuários a oportunidade de acesso e utilização com autonomia, independência e segurança. Segundo a legislação vigente, não somente as edificações novas, mas também as edificações existentes devem se adequar aos preceitos da acessibilidade (BRASIL, 2000).



Dentre as edificações de uso coletivo, aquelas destinadas ao poder público merecem destaque. Segundo a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED) de São Paulo (SÃO PAULO, 2020), deve-se praticar o protagonismo da pessoa com deficiência e mobilidade reduzida, em prol de sua atuação constante perante ao meio em que vive, bem como a inclusão destas nas atividades que lhe cabem como cidadão.

Mas, atualmente (2021), após mais de vinte anos da exigência de acessibilidade aos edifícios de uso público, o que se observa são edifícios destinados ao poder público sem acessibilidade, impossibilitando acesso e uso por todo e qualquer usuário. Na cidade de Afonso Cláudio, localizada na região sudoeste do estado do Espírito Santo, o edifício destinado à prefeitura não se encontra apto a receber de forma digna cidadãos com deficiência ou mobilidade reduzida.

Diante desta realidade, o presente artigo busca analisar a acessibilidade do edifício da Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio – ES. O desenvolvimento deste trabalho apresenta breve referencial teórico, seguido do estudo de caso e análise de acessibilidade do edifício. O foco principal deste artigo é a análise técnica, realizada por meio de lista de verificação, mas foram também realizadas conversas informais e caminhadas guiadas com funcionários, visando obter informações extras e sensibilizar os mesmos sobre a importância da acessibilidade. Ao final apresenta-se as considerações finais sobre a pesquisa realizada.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As pessoas com alguma deficiência somavam, em 2010, quase 45 milhões de pessoas no Brasil, o que corresponde à cerca de 24% da população brasileira (IBGE, 2010). Infelizmente não há dados mais recentes, pois foi neste ano o último Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As deficiências existentes possuem características diversas e afetam diferentes partes do corpo humano. No Brasil, o Decreto nº 5.296 de 2004 (BRASIL, 2004) define cinco tipos de deficiência, são elas:

- a) “Deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física [...]”;
- b) “Deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total [...]” da audição;



c) “Deficiência visual: dificuldade ou incapacidade de enxergar, apesar da utilização da melhor correção óptica possível;

d) “Deficiência mental [atualmente denominada Deficiência Intelectual]: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais”, entre outras;

e) “Deficiência múltipla: associação de duas ou mais deficiências”.

Mas não são somente as pessoas com deficiência que necessitam de espaços acessíveis e adequados. As pessoas com mobilidade reduzida também precisam que os ambientes estejam preparados para que tenham autonomia e sintam-se confortáveis e seguras. Define-se pessoa com mobilidade reduzida:

[...] aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa com [sic] deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção (BRASIL, 2004).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2012) a mobilidade reduzida pode ser congênita ou adquirida em algum momento da vida, ocasionando a dificuldade permanente ou temporária na prática de ações e atividades do cotidiano.

Estas dificuldades ocasionadas podem afetar a coordenação motora bem como provocar limitações para se locomover, alterações na percepção do indivíduo e na força física. Tais dificuldades podem ser observadas, por exemplo, em idosos, gestantes, lactantes, pessoas obesas e com criança no colo (DISCHINGER; BINS ELY; PIARDI, 2012).

Quando existem obstáculos no ambiente, a deficiência ou a redução de mobilidade torna-se mais evidente, dificultando a atuação total e eficaz dessas pessoas em determinada situação (UN, 2006). Esses obstáculos que impedem ou limitam as pessoas da participação do meio social, do direito de expressão e a circulação com segurança e autonomia são denominadas “barreiras”. De acordo com a Lei Nº13.146, de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015), as barreiras podem ser:

a) Urbanísticas: presentes nas vias e espaços públicos e privados designados ao uso coletivo. Exemplos: ausência de rebaixamento das calçadas; passeios com buracos; pisos trepidantes;



b) Arquitetônicas: vinculadas aos edifícios públicos e privados. Exemplos: banheiros não adaptados e falta de sinalização tátil;

c) Atitudinais: ligadas ao comportamento que impacta na participação social do indivíduo com deficiência, em conformidade e com a mesma proporção que as outras pessoas. Exemplo: falta de empatia com o próximo.

De acordo com a NBR 9050: 2020 (ABNT, 2020), eliminando-se as barreiras obtém-se um ambiente acessível, propiciando a inclusão. A acessibilidade, portanto, surge como uma prática necessária, definida como:

possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (ABNT, 2020, p.2).

No Brasil, a primeira norma de acessibilidade foi publicada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em 1985 - a NBR 9050, que estabelece a adaptação de equipamentos, edificações e mobiliários urbanos à pessoa com deficiência e mobilidade reduzida. Mas, nesta época, a importância da acessibilidade não era reconhecida. Foi apenas em 2004, com a promulgação do Decreto Federal nº 5.296, que esta norma (NBR 9050) foi definida como parâmetro de acessibilidade (BRASIL, 2004) e, de fato, considerada nos projetos.

A NBR 9050 foi revisada nos anos de 1994, 2004, 2015 e 2020, apresentando ainda uma versão corrigida em 2021. Essas revisões garantem uma norma atualizada, ampla e detalhada e também permitiram a elaboração de novas normas, julgadas necessárias como desmembramentos desta primeira. É o caso da NBR 16537: 2016, ainda em sua primeira versão, que “estabelece critérios e parâmetros técnicos” para a instalação de sinalização tátil no piso, visando as pessoas com deficiência visual ou surdo-cegueira, com e sem a ajuda de recursos ópticos (ABNT, 2016, p.1).

Estas são as duas principais normas de acessibilidade na área de arquitetura e urbanismo, mas existem outras normas importantes relacionadas à acessibilidade, como: NBR313: 2007 - Elevadores de passageiros; NBR ISO 9386-1: 2013 - Plataformas de elevação motorizada para pessoas com mobilidade reduzida; NBR15599: 2008 – Acessibilidade – Comunicação da prestação de serviços; e NBR 14718: 2019 – Guarda-corpos para edificação.



Apesar de extremamente necessárias, as normas são voltadas à acessibilidade, focadas apenas em pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, visando atender às suas necessidades e especificidades. Por isso, torna-se necessário também o estudo do Desenho Universal, que consiste em projetar produtos e ambientes para serem usados por todas as pessoas, em sua maior extensão de público possível (MACE; HARDIE; PLACE, 1991).

O termo Desenho Universal surgiu nos Estados Unidos, utilizado pela primeira vez pelo arquiteto americano Ronald Mace, com o intuito de quebrar os padrões existentes e criar uma arquitetura funcional para todos (CAMBIAGHI, 2007).

Ronald Mace pretendia uma nova possibilidade de projetar os espaços e produtos, podendo ser construídos de modo a serem belos e utilizáveis pela maior quantidade de pessoas possível, sem ter em conta a idade, as limitações ou habilidades desses indivíduos (NORTH CAROLINA STATE UNIVERSITY, [20--]).

O Desenho Universal pretende atender não apenas as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, mas a maior gama possível da população, incluindo destros e canhotos, crianças, adultos e idosos, altos e baixos, obesos e gestantes, e até pessoas puxando uma mala ou um carrinho de feira (CAMBIAGHI, 2007).

Para que se obtenha uma arquitetura e equipamentos urbanos que atendam ao maior número possível de pessoas, o Desenho Universal possui sete princípios: uso equitativo; uso flexível; uso simples e intuitivo; informação de fácil percepção; tolerância ao erro; baixo esforço físico; dimensão e espaço para aproximação e uso (ABNT, 2020).

O Desenho Universal se faz extremamente necessário nos edifícios públicos. Segundo Benevides (2015), o cidadão deve ser visto como a peça principal nestes ambientes, que devem proporcionar aos usuários a facilidade de acesso e condições adequadas ao uso. Dessa forma, não pode haver distinção entre os cidadãos e todos precisam ter seu acesso garantido, bem como garantia de utilização de todos os espaços existentes.

3 ESTUDO DE CASO

A cidade de Afonso Cláudio localiza-se no interior do Espírito Santo, na região sudoeste do estado. A Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio tem sua sede localizada na Praça da Independência, e o acesso pode ser realizado tanto pela BR-484 como pelas ruas Dr. Antônio M. Fernandes, Quintino Bocaiuva e José dos Santos Sá (FIGURA 1). No entorno da Prefeitura



há muitos estabelecimentos comerciais, como mercados, lojas, restaurantes, padarias, pousada e autoescola, que tornam o local movimentado durante o dia, dando visibilidade ao edifício.

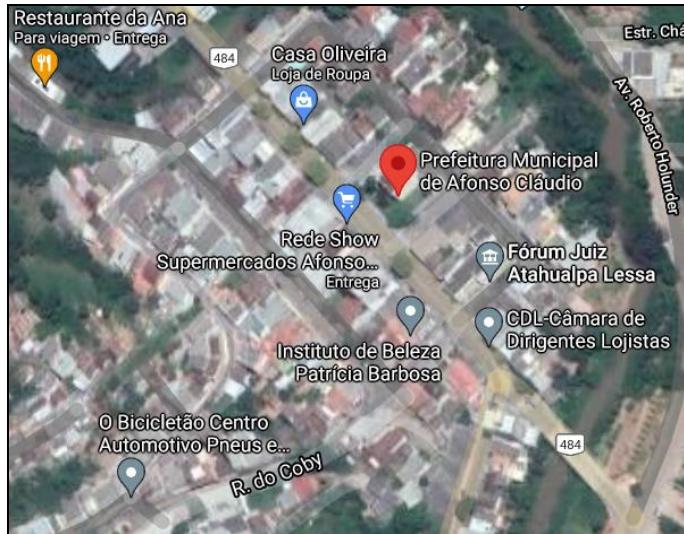


Figura 1 - Arredores da Prefeitura da cidade de Afonso Cláudio – ES.

Fonte: Google Maps (2021).

A edificação foi inaugurada no ano de 1917 (FIGURA 2), quando ainda não se falava em acessibilidade ou inclusão. Com o passar dos anos o edifício passou por modificações e reformas necessárias para abrigar as novas funções ali estabelecidas, mas nenhuma destinada à acessibilidade. A maior modificação realizada foi na década de 1990, quando se realizou uma ampliação de sua estrutura na parte posterior da edificação, como pode ser observado na Figura 3.



Figura 2 - Prefeitura de Afonso Cláudio em 1917.

Fonte: VIEIRA (2009).



Figura 3 - Ampliação da prefeitura - edifício anexo em destaque.

Fonte: Adaptado de GoogleMaps (2021)



Foi somente no ano de 2020 que se realizou a primeira intervenção com foco na acessibilidade, limitada à reforma das calçadas, com rebaixamento do meio fio, implantação de rampas para pedestres e piso tátil. Mas a reforma não seguiu as normas de acessibilidade vigentes, como será apresentado na análise técnica realizada.

O edifício possui uma área externa com um amplo pátio, contendo área verde e área pavimentada (FIGURA 4 e Figura 5) bem como uma academia popular. O térreo da construção original é composto pelo setor de protocolo, compras, comunicação, tecnologia da informação, contabilidade, setor de recursos humanos, controle interno e lavabos. Já o térreo do edifício anexo contém o setor de fiscalização, cadastro imobiliário, núcleo de atendimento ao contribuinte e setor de saúde.



Figura 4 - Área verde do pátio.

Fonte: AZEREDO (2021).



Figura 5 - Área pavimentada do pátio.

Fonte: AZEREDO (2021).

O primeiro pavimento da construção original é composto pela recepção, sala de reuniões, gabinete do prefeito, recepção do gabinete, chefe do gabinete, sala do vice-prefeito, planejamento e dois lavabos. E o primeiro pavimento do edifício anexo contém a copiadora, prestação de contas, setor de finanças, secretaria de finanças, arquivo, setor de licitação, secretaria de administração, procuradoria e dois lavabos.

De acordo com informações obtidas junto a Secretaria de Cultura e Turismo da cidade, o edifício (FIGURA 6) é de interesse de preservação, portanto, toda e qualquer reforma ou modificação deve ser mínima e sem grandes alterações, devendo-se incluir elementos de forma sutil e harmoniosa para que não haja conflitos com a construção original.



De acordo com Somekh (2017) a preservação de um patrimônio histórico é uma questão urbana, é impedir a destruição da memória e das origens de um povo e de uma cidade. Deve-se preservar as histórias e características dos antecedentes para as próximas gerações.



Figura 6 - Fachada principal do edifício da Prefeitura atualmente.

Fonte: AZEREDO (2021).

4 ANÁLISE DE ACESSIBILIDADE

A base metodológica desta análise foi a lista de verificação desenvolvida por Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012) para análise de acessibilidade de edifícios públicos. Porém, foram também realizadas conversas informais e caminhadas guiadas com funcionários, com o objetivo principal de sensibilizá-los quanto à importância da acessibilidade no edifício, além de obter suas opiniões pessoais e relatos de experiências vivenciadas no edifício.

4.1 Análise Técnica

Para a realização da análise técnica foi utilizada a lista de verificação do livro "Promovendo Acessibilidade nos Edifícios Públicos" (DISCHINGER; BINS ELY; PIARDI, 2012), que apresenta um guia de análise de acessibilidade para edifícios públicos, considerando desde a via pública até os compartimentos internos do edifício. A visita técnica foi realizada no dia 16 de julho de 2021 pela manhã, com duração de duas horas e trinta minutos.

O estudo iniciou-se pela área externa do edifício, sendo possível observar que a Rua Dr. Antônio M. Fernandes, rua lateral da prefeitura, possui uma vaga de estacionamento para idosos e uma vaga de estacionamento para pessoas com deficiência, ambas estão próximas ao acesso principal do edifício e possuem sinalização vertical e horizontal (FIGURA 7 e Figura 8).



Considerando que a pessoa com deficiência chegue à prefeitura de carro e estacione na vaga em questão, não existe uma rota acessível até a entrada principal, pois, existe um desnível de 5cm no rebaixamento do passeio.



Figura 7 - Vaga para pessoa com deficiência.

Fonte: AZEREDO (2021).



Figura 8 - Vaga para pessoa idosa.

Fonte: AZEREDO (2021).

Ainda com relação ao entorno do edifício, somente as ruas laterais possuem faixas de pedestres que interligam os passeios que dão acesso ao edifício. Ambos os lados das vias possuem rebaixamento nas calçadas, porém eles não estão alinhados entre si e com a faixa de pedestres, conforme como ser observado na Figura 9.

A calçada possui piso antiderrapante em toda sua extensão, porém este piso é trepidante, dificultando a diferenciação do mesmo em relação ao piso tátil (FIGURA 10 **Erro! Fonte de referência não encontrada.**) e ainda sendo extremamente desconfortável para a travessia de pessoas em cadeira de rodas, com andadores, ou carrinhos de bebê, por exemplo. Além disso, o piso tátil está inserido em desacordo com a NBR 16537: 2016 (ABNT, 2016), apresentando-se piso tátil de alerta nas duas extremidades do passeio, o que torna a faixa livre de obstáculos mais estreita e pode confundir a pessoa com deficiência visual, pois os usuários de bengala longa utilizam o muro de divisa do terreno como guia.

A calçada também não está livre de interferências com relação ao deslocamento, pois as rampas ali presentes possuem um desnível de três a cinco centímetros com relação a rua, impossibilitando que um cadeirante consiga ter acesso às rampas de forma autônoma.



Figura 9 - Faixa de pedestres adjacente ao edifício.

Fonte: AZEREDO (2021).



Figura 10 - Calçada.

Fonte: AZEREDO (2021).

O passeio dá acesso ao amplo pátio do edifício que possui um banco e vegetação nos arredores. A vegetação é composta por grama e palmeiras, não interferindo na circulação dos pedestres. Também não possui espinhos, árvores frutíferas ou árvores que desprendem muitas folhas, possibilitando maior segurança e conforto aos usuários.

O piso do pátio encontra-se em situação irregular, trepidante e em alguns pontos o concreto está se soltando, ocasionando desníveis e podendo provocar acidentes. Além das irregularidades informadas, o pátio não possui qualquer tipo de sinalização tátil ou sonora, dificultando a circulação e o acesso ao edifício por uma pessoa com cegueira ou baixa visão (FIGURA 11 e Figura 12).



Figura 11 - Irregularidades no piso.

Fonte: AZEREDO (2021).



Figura 12 - Concreto solto no piso.

Fonte: AZEREDO (2021).



Sobre o estacionamento, o engenheiro da prefeitura informou que não há vagas no pátio para deficientes ou idosos pois a área ali disposta é apenas para veículos de órgãos públicos. Tal estacionamento não possui identificação visual, tátil ou sonora, podendo ocasionar a ocorrência de acidentes aos pedestres, na entrada e saída de veículos.

O pátio dá acesso ao edifício principal, que possui duas entradas. A primeira é a entrada frontal e seu acesso é por meio de uma escada que não possui corrimão ou qualquer tipo de apoio. Esta escada possui largura superior ao mínimo exigido (1,20m), todos os degraus são dispostos paralelamente entre si, possuem largura de 53cm e não são vazados. Porém, alguns espelhos possuem 19cm, o que não é recomendado pela norma, além de não possuírem piso antiderrapante ou qualquer mecanismo que o substitua (FIGURA 13 e Figura 14).



Figura 13 - Acesso principal com escada em destaque.

Fonte: AZEREDO (2021).



Figura 14 - Escada do acesso principal.

Fonte: AZEREDO (2021).

A segunda entrada localiza-se na lateral do edifício, sendo composta por três lances de escada. Os degraus possuem largura de 1,13m, profundidade de 28cm, espelho de 18cm e o seu piso não é antiderrapante, sendo revestido com cerâmica. A largura da escada está em desacordo com a norma, visto que se recomenda a largura mínima de 1,20m (FIGURA 15).

O patamar possui largura longitudinal de 2,05m. O guarda-corpo varia entre 1,05m e 0,80cm de altura, sendo o mínimo exigido 1,10m de altura. A escada não possui corrimão em nenhum dos lados, não estando em conformidade com a NBR 9050: 2020 (ABNT, 2020) que exige corrimão dos dois lados, contínuo e em duas alturas.



Nenhuma das entradas possui rampa de acesso ou equipamento eletromecânico que possibilite o acesso pleno do usuário com deficiência ou mobilidade reduzida. Apenas o edifício anexo possui rampas no acesso às portas de entrada, mas estas possuem inclinação aproximada de 33%, sendo desconfortável para a subida e descida de um cadeirante, em desacordo com a NBR 9050: 2020, que permite inclinação máxima de 12,5% em casos de reforma (FIGURA 16).



Figura 15 - Circulação vertical externa.

Fonte: AZEREDO (2021).



Figura 16 - Rampa de acesso a uma sala do anexo.

Fonte: AZEREDO (2021).

No térreo do edifício principal depara-se com o amplo corredor, que possui dimensões mínimas necessárias para a circulação de um cadeirante, mas não dispõe de sinalização tátil ou sonora e contém obstáculos, como cadeiras, dificultando o livre acesso. A sinalização visual do corredor é boa e possibilita a identificação das salas de atendimento através das placas, as quais estão a 2,10m de altura com relação ao piso.

Ainda no térreo, as fechaduras não são de alavanca e algumas portas não possuem fechadura, exigindo maior esforço físico para sua abertura (FIGURA 17). O bebedouro ali presente é um obstáculo aéreo e não possibilita o uso por um cadeirante, devido a sua altura com relação ao piso (1,29m). A NBR 9050: 2020 (ABNT, 2020) exige duas alturas de bica, a primeira com 0,90 m e a segunda entre 1,00m e 1,10m com relação ao piso acabado. Próximo ao corredor depara-se com uma escada móvel e uma lixeira, que se configuram como obstáculos para o deslocamento (FIGURA 18).

A porta do banheiro tem as dimensões mínimas necessárias para a passagem de uma cadeira de rodas, porém a entrada possui um desnível de 3cm, o que dificulta o acesso



autônomo de um cadeirante. Sua porta abre para dentro, a bacia sanitária não possui altura adequada, o ambiente não dispõe de barras de apoio, área de aproximação aos equipamentos, nem dimensões mínimas necessárias para realização do giro 360° ou 180°, conforme o estabelecido pela NBR 9050: 2020 (ABNT, 2020) (FIGURA 19).



Figura 17 - Fechadura.

Fonte: AZEREDO (2021).



Figura 18 - Obstáculos do térreo.

Fonte: AZEREDO (2021).



Figura 19 - Banheiro do térreo.

Fonte: AZEREDO (2021).

No térreo do edifício principal existe uma escada de acesso ao primeiro pavimento com largura de 1,13m, e degraus com profundidade de 32,5cm e espelho de 19cm, em desacordo com a NBR 9050: 2020 (ABNT, 2020). A norma regulamenta, para escadas, largura mínima de 1,20m, profundidade entre 28cm e 32cm e espelho entre 16cm e 18cm (ABNT, 2020). Ressalta-se que um degrau avança sobre o patamar, tornando a escada perigosa para qualquer pessoa distraída (FIGURA 20).

Visto que não há nenhum equipamento eletromecânico, impede-se o acesso do cadeirante e dificulta-se o acesso da pessoa com mobilidade reduzida ao pavimento superior. O corrimão está fixado em apenas um dos lados, não possui duas alturas, conforme orientado pela norma NBR 9050: 2020 (ABNT, 2020) e não possui continuidade. A distância livre entre a parede e o corrimão é de 4cm, e o mesmo não avança os 30cm em relação ao primeiro e último degrau, conforme recomendação da norma.

Não existe rampa ou elevador para acesso ao primeiro pavimento, apesar de existirem algumas salas que prestam serviço ao público, como os gabinetes do prefeito e do vice-prefeito.



No primeiro pavimento, o piso em madeira está em situação de desgaste, podendo ocasionar acidentes e as fechaduras não são de alavanca, como recomenda o Desenho Universal, exigindo maior esforço do usuário em sua utilização.

Os acessos à copiadora, aos banheiros (FIGURA 21), à sala do gabinete (FIGURA 22) e à sala de administração possuem degraus, dificultando a circulação e utilização plena dos espaços pelos cidadãos com mobilidade reduzida.



Figura 20 - Patamar da escada. **Figura 21** - Desnível de acesso ao banheiro. **Figura 22** - Desnível na circulação.

Fonte: AZEREDO (2021).

Fonte: AZEREDO (2021).

Fonte: AZEREDO (2021).

Apenas três salas apresentam dimensão e disposição de mobiliário que possibilitam o giro completo de um cadeirante - sala de recursos humanos, sala de reuniões e sala de licitação. Ambos os pavimentos, bem como o edifício anexo, não possuem sinalização tátil ou sinalização sonora, impossibilitando que uma pessoa com deficiência visual consiga identificar as salas de atendimento ou circular de forma autônoma pelo edifício.

4.2 Entrevistas com pessoas-chave

Para a realização das entrevistas foram elaborados roteiros semiestruturados, que possuem perguntas pré-estabelecidas, porém com possibilidade de realizar mais questionamentos durante o estudo, de acordo com a necessidade da conversa ou interesse do pesquisador (ONO et al., 2018).

Foram realizadas cinco entrevistas com funcionários da Prefeitura, incluindo um engenheiro civil, no dia 15 de julho de 2021. Não houve agendamento prévio, pois foram



realizadas com as pessoas que se dispuseram a participar da pesquisa, sendo entrevistados homens e mulheres que trabalham na prefeitura há mais de um ano.

A maioria dos funcionários entrevistados já presenciou situações em que o edifício precisou ser acessado por uma pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, e estes enfrentaram dificuldades, não conseguindo acessar o edifício em algumas situações. Inclusive, foi relatado que uma funcionária da prefeitura se lesionou e teve dificuldades em subir as escadas durante o período de recuperação.

Quando questionados sobre a possibilidade de um deficiente visual ter livre acesso ao local, todas as respostas foram negativas, devido à falta de sinalização dos setores, à presença de degraus e à falta de sinalização em Braille.

Os entrevistados afirmaram compreender que a prefeitura não contém acessibilidade, e quando questionados quanto ao motivo dessa inadequação, foram mencionadas a falta de orçamento, a busca pela preservação da imagem do edifício, a administração e gestão do local. O engenheiro civil da Prefeitura relatou que existem planos para implementar a acessibilidade na prefeitura, com previsão para o ano de 2022.

Para obter um melhor entendimento sobre as dificuldades enfrentadas no acesso ao edifício realizou-se também uma entrevista com um cidadão de Afonso Cláudio que possui paraplegia e utiliza cadeira de rodas.

O entrevistado demonstrou insatisfação com a falta de acessibilidade do edifício, afirmando que precisou acessar o local para participar de reuniões e teve uma péssima experiência. Segundo o entrevistado, são muitas as escadas que impedem seu direito de ir e vir, além de banheiros sem qualquer adaptação, que impossibilitam sua autonomia. Também destacou a ausência de rampas e o fato do gabinete do prefeito se localizar no pavimento superior, dificultando o acesso de idosos, pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

4.3 Caminhada guiada

A caminhada guiada teve como objetivo presenciar de fato a situação vivenciada por pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Este procedimento metodológico concede a oportunidade de identificar, na prática, os fatores prejudiciais a uma boa locomoção e bom convívio com o espaço construído (ONO et al., 2018).



Devido à ausência de funcionários com deficiência na Prefeitura e à dificuldade de contribuição de pessoas com deficiência residentes na cidade em questão, este instrumento metodológico foi realizado com dois funcionários da prefeitura, sem deficiência. O primeiro utilizou uma cadeira de rodas, simulando uma paraplegia; e o segundo simulou uma deficiência visual, percorrendo o edifício com os olhos vendados e auxílio da pesquisadora. Diante desta situação, o objetivo principal da aplicação deste instrumento se tornou a sensibilização dos funcionários em relação à importância da acessibilidade para mobilidade segura de todos os cidadãos. Visando este objetivo também foram realizadas conversas informais com os participantes antes e após o percurso, buscando verificar se sua percepção se modificou após a experiência.

No dia 15 de julho de 2021 realizou-se a caminhada guiada com o auxílio da cadeira de rodas, iniciando às 8h da manhã, com duração de trinta minutos; e no dia 19 do mesmo mês foi realizada a caminhada com os olhos vendados, também às 8h, com duração de vinte minutos.

Ao responder às perguntas realizadas antes das caminhadas guiadas os participantes já indicaram a falta de acessibilidade do edifício. Apesar da experiência sensibiliza-los, suas percepções sobre a acessibilidade do local não mudaram, pois já consideravam o edifício não acessível para pessoas em cadeira de rodas e com deficiência visual.

A caminhada guiada com pessoa em cadeira de rodas mostrou na prática as questões apontadas na análise técnica. Desde a chegada ao edifício, por meio da ausência de rebaixamento adequado e da presença de desniveis, passando pelo piso trepidante e com rachaduras no acesso ao edifício, até a ausência de rampas adequadas ou plataformas elevatórias para adentrar o próprio edifício.

O participante só conseguiu acessar o edifício com auxílio da pesquisadora (FIGURA 23), e não conseguiu acessar o pavimento superior, devido à ausência de rampa, elevador ou plataforma elevatória. No térreo foram observadas na prática as dificuldades proporcionadas pelos ambientes, que não atendem as normas de acessibilidade. Verificou-se a impossibilidade de acessar ambientes com autonomia por conta de desniveis existentes, e de utilizá-los, devido ao layout e suas dimensões. Também observou-se a impossibilidade de utilizar o banheiro, ou beber água com autonomia no bebedouro, pois a altura era inadequada, os copos encontravam-se dispostos acima do equipamento, e ainda havia uma escada móvel armazenada ao lado do mesmo, tornando-se um obstáculo para sua utilização (FIGURA 24).



Figura 23 - Piso do pátio e entrada principal.

Fonte: AZEREDO (2021).



Figura 24 – Bebedouro sem possibilidade de acesso.

Fonte: AZEREDO (2021).

A caminhada guiada com pessoa com olhos vendados, apesar de se tratar de uma simulação de pessoa vidente, familiarizada com o local, possibilitou identificar algumas dificuldades enfrentadas na prática por uma pessoa com deficiência visual. O ponto crucial foi a ausência de sinalização tátil, que deixou a participante insegura para se deslocar sozinha (FIGURA 25). Foi observado, ainda que, acidentes podem ser causados pelos obstáculos aéreos existentes no edifício (FIGURA 26).



Figura 25 - Ausência de sinalização tátil no pátio.

Fonte: AZEREDO (2021).



Figura 26 - Obstáculo suspenso.

Fonte: AZEREDO (2021).

Não há possibilidade de uma pessoa com deficiência visual se deslocar com autonomia no interior do edifício da Prefeitura, pois não existem informações táteis que possibilitem identificar salas e setores, acessar uma escada e circular com segurança, sem se deparar com obstáculos. A falta de sinalização tátil impossibilita o uso seguro e autônomo do espaço e contribui para a ocorrência de acidentes.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho demonstra que, embora existam leis e decretos que exijam acessibilidade em edifícios públicos, na prática essa legislação não é respeitada. Com base na análise técnica realizada foi possível identificar que o edifício da Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio-ES, de uso público, não apresenta acessibilidade. Foram verificados desniveis, degraus com dimensões inadequadas, ausência de corrimãos e rampas com inclinação adequada, ausência de sinalização tátil e sonora. Pessoas em cadeira de rodas não conseguem percorrer determinados ambientes, por não permitirem o giro da cadeira, não conseguem utilizar equipamentos e mobiliários pela falta de área de aproximação, além de serem impedidos de acessar o pavimento superior.

O fato do edifício apresentar interesse de preservação de suas características não deve impossibilitar a sua adequação à acessibilidade. É fundamental tornar qualquer edifício público acessível, garantindo um local seguro, que forneça autonomia as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, a partir de rotas acessíveis, promovendo a inclusão, o bem-estar e o senso de pertencimento ao local.

É preciso ir além da acessibilidade, adequando estes edifícios públicos aos preceitos do Desenho Universal, possibilitando sua utilização confortável, segura e autônoma pela maior gama possível da população, rompendo as barreiras que impedem a real inclusão.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** Rio de Janeiro, 2020.

_____. **NBR 16537: Acessibilidade – sinalização tátil no piso – diretrizes para elaboração de projetos e instalação.** Rio de Janeiro, 2016.

BENEVIDES, E. B. **Manual de Acessibilidade para Prédios Públicos:** Guia prático para gestores. Governo Federal, 2015. Disponível em: [@ @download/file/mp_manual-de-acessibilidade-spu_a4.pdf](https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/manual-de-acessibilidade-para-predios-publicos/manual-de-acessibilidade-spu.pdf). Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2000.

_____. Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2004.



_____. Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2015.

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal** - Métodos e Técnicas Para Arquitetos e Urbanistas. São Paulo: Senac, 2007.

DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera Helena Moro; PIARDI, Sonia Maria Demeda Groisman. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos**: Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público. Florianópolis: MPSC, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010>. Acesso em: 15 jun. 2022.

MACE, Ronald; HARDIE, Graeme; PLACE, Jaine. **Accessible environments toward Universal Design**. In: PREISER, W.; VISCHER, J. C.; WHITE, E. T. (Eds.). Design interventions: toward a more humane architecture. New York: Van Nostrand Reinhold, 1991. Disponível em: https://projects.ncsu.edu/ncsu/design/cud/pubs_p/docs/AccessibleEnvironments.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

NORTH CAROLINA STATE UNIVERSITY. The Center For Universal Design. [20--]. Disponível em: https://projects.ncsu.edu/ncsu/design/cud/about_us/usronmace.htm. Acesso em: 15 jun. 2022.

ONO, Rosária; ORSSTEIN, Sheila Walbe; VILLA, Simone Barbosa; FRANÇA, Ana Judite Galbiatti Limongi (org.). **Avaliação pós ocupação na arquitetura, no urbanismo e no design - Da teoria à prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Relatório mundial sobre a deficiência**. São Paulo: SEDPcd, 2012. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência - SMPED. **Desenho universal e acessibilidade na cidade de São Paulo**. São Paulo: SMPED; Editora Mais Diferenças, 2020. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/DESENHO%20UNIVERSAL%20ACESSIBILIDADE%20CIDADE%20SAO%20PAULO%20AC%20BAIXA%20-BR.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

SOMEKH, Nadia (Org.). **Preservando o Patrimônio Histórico**: um manual para gestores municipais. São Paulo: CAU/SP, Departamento do Patrimônio Histórico – DPH, Mack Pesquisa, 2017. Disponível em: https://www.causp.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/Manual-Patrimonio_completo_baixa.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

UN – United Nations. **Convention on the Rights of Persons with Disabilities and Optional Protocol**. 2006. Disponível em: <http://www.un.org/disabilities/documents/convention/convoptprot-e.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.